I – Introdução

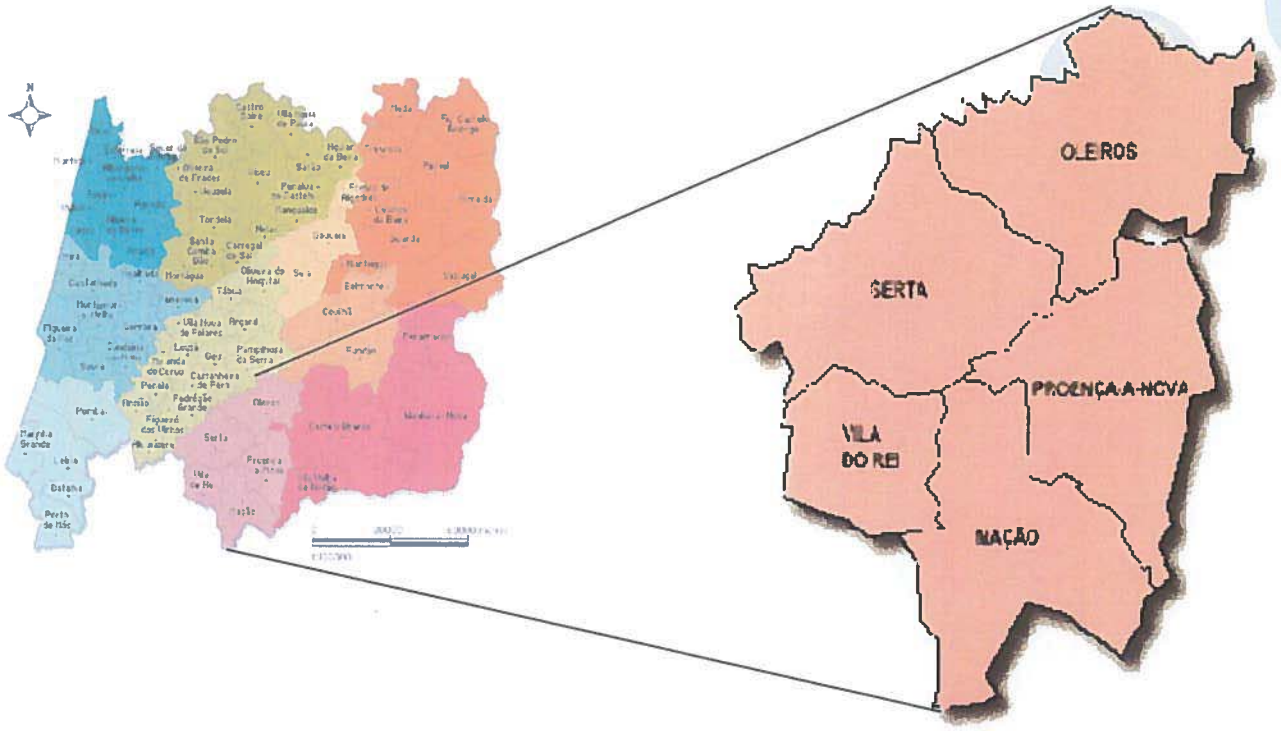
A Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

De acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 6º deste diploma legal, o Município da Sertã possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. Em conformidade com o disposto anteriormente o executivo do Município da Sertã apresenta, para apreciação, o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo e Demonstração de Fluxos de Caixa, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2015.

Através do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este novo sistema de informação contabilística apresenta-se como um moderno sistema de contas que, integrando a contabilidade orçamental, a patrimonial e a de custos, constitui um valioso e importante instrumento de apoio à gestão das Autarquias.

Através da análise orçamental, procurar-se-á dar conta da execução do Plano Plurianual de Investimentos elaborado para o exercício em apreço, bem como da execução orçamental das despesas e receitas, permitindo assim, acompanhar de forma sintética todo o processo de realização das despesas e arrecadação das receitas.

II - Caracterização do Concelho



Inserção Territorial

O Concelho da Sertã, está inserido no "NUTS III" (Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos) – Médio Tejo.

Os Concelhos que, para além do Concelho da Sertã, compõem o NUTS III Médio Tejo são: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila de Rei.

Em agosto de 2010 (Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto), o município de Mação deixou de integrar a NUTS III Pinhal Interior Sul, tendo passado para a NUTS III Médio Tejo. No entanto, esta alteração não foi ainda reconhecida em termos comunitários pelo que, para efeitos estatísticos, o Instituto Nacional de Estatística continua a considerar o município de Mação no Pinhal Interior Sul.

O Concelho da Sertã, é composto por 10 (dez) Freguesias: União de Freguesias de Ermida e Figueiredo, União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, União de Freguesias de Cumeada e Marmeleiro, Freguesia Cabeçudo, Freguesia Carvalhal, Freguesia Castelo, Freguesia Pedrógão Pequeno, Freguesia Sertã, Freguesia Troviscal e Freguesia Várzea dos Cavaleiros.

O Distrito de Castelo Branco é composto por 120 freguesias, 11 municípios, 22 vilas e 3 cidades

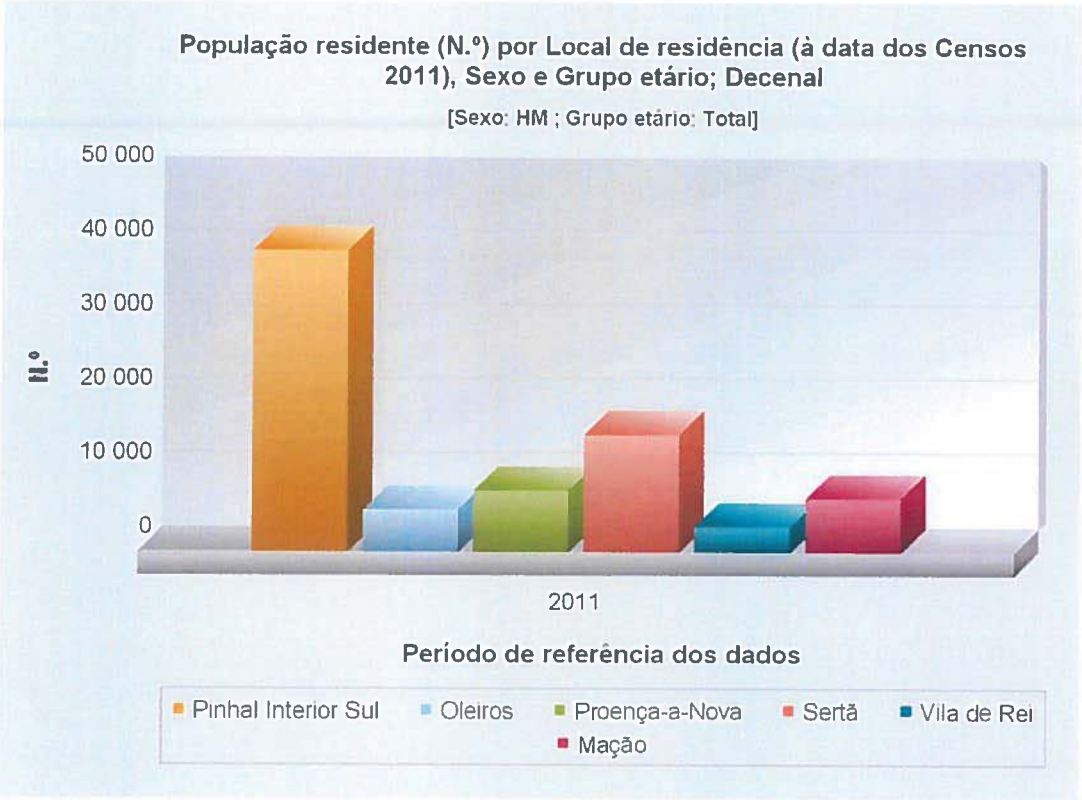
População

Sexo	Grupo etário	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo etário; Decenal (1)				
		Período de referência dos dados				
		2011				
		Local de residência (à data dos Censos 2011)				
		Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Sul	Sertã
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
HM	Total	10 561 614	10 047 083	2 327 580	40 705	15 880

População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

Nota(s):

(1) Dados Provisórios



Zona Geográfica	População residente			Variação população residente		N.º de eleitores			Variação do n.º de eleitores	
	1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011	1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
Concelho da Sertã	18.199	16.720	15.880	-8,13%	-5,02%	17.481	15.375	15.058	-12,05%	-2,06%
Distrito de Castelo Branco	214.853	208.063	196.262	-3,16%	-5,67%	199.973	188.715	189.835	-5,63%	0,59%

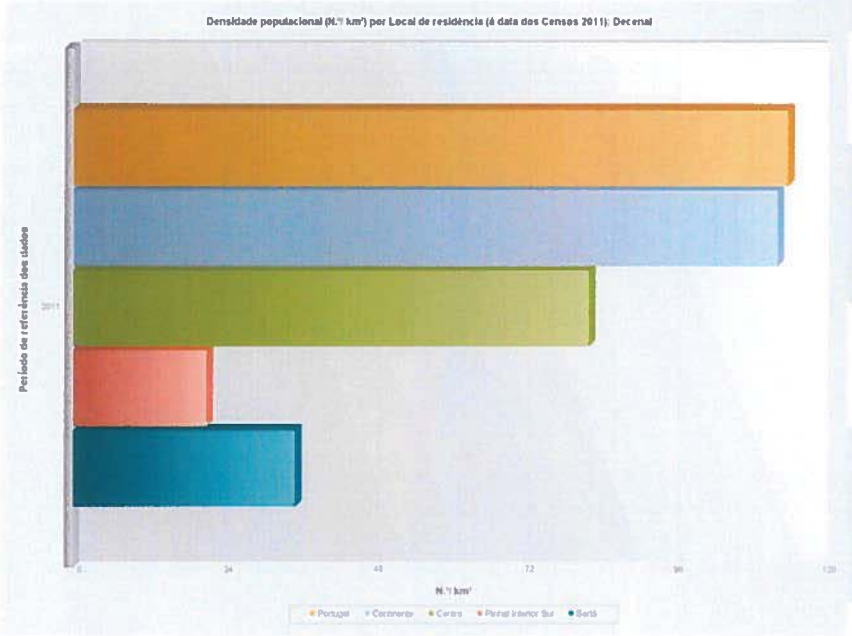
Densidade populacional

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal (1)
	Período de referência dos dados
	2011
	N.º/ km²
Portugal	114,5
Continente	112,8
Centro	82,5
Pinhal Interior Sul	21,4
Sertã	35,6

Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

Nota(s):

(1) Dados Provisórios



Território

Área do Município da Sertã: 446,60 Km2

Área do Distrito de Castelo Branco: 6.615,89 Km2

Área do "NUTS III" – Pinhal Interior Sul: 1.902,90 Km2

Principais Indicadores de Gestão Orçamental

O Relatório de Gestão para o ano de 2015 do Município da Sertã, procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia, no final do período a que se reporta, procurando possibilitar um conhecimento real e fiável sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos que haviam sido traçados em sede de GOP e Orçamento para 2015.

Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receita						
Crescimento da Receita Total	-5,7%	5,8%	-5,5%	5,1%	-8,6%	1,8%
Receitas Correntes/Receitas Totais	74,2%	68,7%	69,1%	73,5%	89,9%	83,3%
Crescimento das Receitas Correntes	12,4%	-2,0%	-4,9%	11,7%	12,0%	-5,7%
Receitas Fiscais/Receitas Correntes	10,5%	13,2%	15,2%	16,8%	16,1%	17,2%
Receitas Correntes Cobradas/Receitas Correntes Orçadas	75,0%	68,6%	69,3%	94,0%	106,4%	87,7%
Despesa						
Crescimento da Despesa Total	-5,0%	5,8%	-6,7%	3,7%	-13,4%	7,0%
Despesa Correntes/Despesa Total	72,4%	68,3%	68,7%	72,7%	74,6%	70,0%
Crescimento das Despesas Correntes	8,3%	-0,3%	-6,2%	9,7%	-11,1%	0,4%
Despesas com Pessoal/Despesas Correntes	48,1%	40,9%	36,0%	34,9%	39,3%	38,6%
Despesas Correntes Executadas/Despesas Correntes Orçadas	63,3%	63,8%	68,2%	85,5%	85,7%	84,0%
Equilíbrio Orçamental e Dívida						
Saldo Corrente/Receitas Correntes	2,4%	0,7%	2,0%	3,7%	23,5%	18,6%
Serviço da Dívida/Receitas Correntes	4,9%	6,5%	6,2%	7,6%	5,9%	4,9%

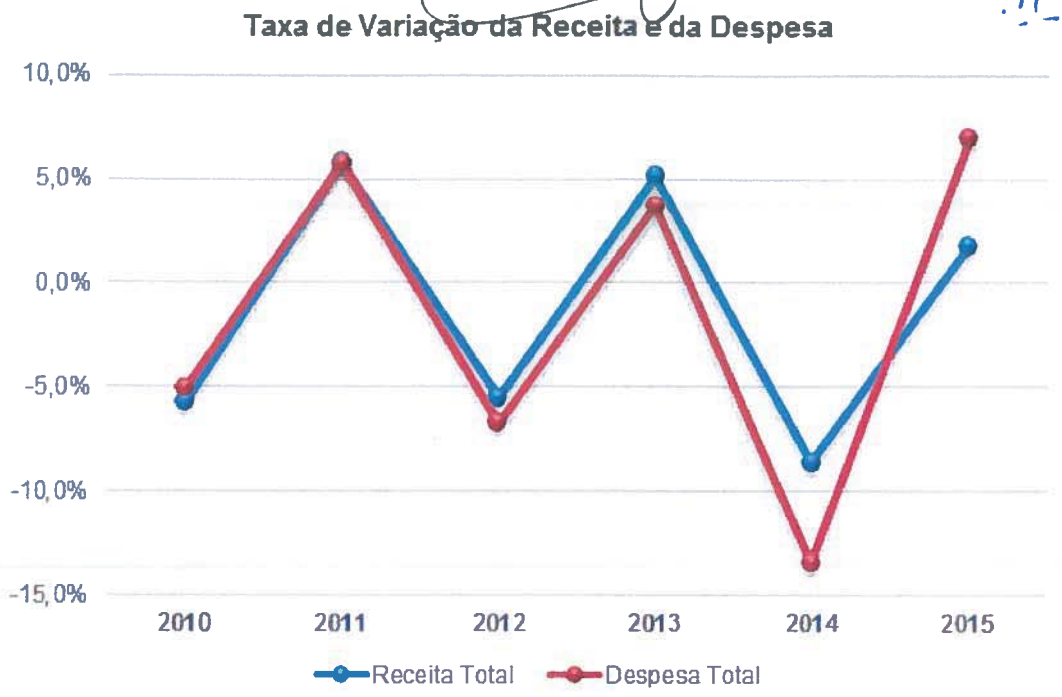
Os rácios orçamentais em 2015, continuam a apresentar valores que demonstram o esforço que tem vindo a ser realizado para se manter o equilíbrio e controlo do orçamento

A receita total apresenta um ligeiro incremento (1,8%) face ao ano de 2014. Para este incremento contribuiu a variação positiva das receitas de capital (30%) e o saldo da gerência anterior no montante de 1.092.690€.

Embora a receita total tenha evoluído favoravelmente, as receitas correntes apresentaram um crescimento negativo de 5,7%. Como veremos mais adiante, a generalidade das rubricas da receita corrente registaram em 2015 uma variação negativa, ao contrário das receitas de capital que apresentaram uma variação positiva.

Do lado dos indicadores da despesa, constata-se um aumento de 7% na despesa total executada. Esta variação positiva deveu-se essencialmente ao crescimento das despesas de capital (26%), não se verificando um comportamento diferenciado entre a despesa corrente e a de capital, uma vez que ambas apresentam um aumento.

Da análise ao gráfico seguinte, verifica-se que a receita e a despesa inverteram a tendência decrescente verificada em 2014.



Análise da Execução Orçamental - 2015

O orçamento para o ano 2015, foi fixado no montante de 16.117.879€ (-2% que em 2014). O modelo orçamental em vigor, estabelece a distinção entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital, pelo que, os montantes iniciais da receita e despesa ficaram repartidos da seguinte forma:

Receitas - 2015		%	Despesas - 2015		%
Receita Corrente	13 474 154	84%	Despesa Corrente	10 519 978	65%
Receita de Capital	2 643 725	16%	Despesa de Capital	5 597 901	35%
Total	16 117 879	100%	Total	16 117 879	100%

Receita

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em receitas correntes e receitas de capital, em obediência ao disposto no classificador económico, o qual classifica a receita por capítulos.

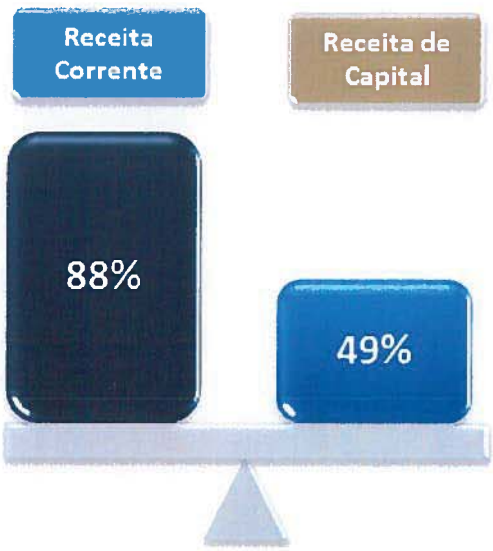
A classificação económica das receitas, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

Execução Orçamental da Receita

A receita total arrecadada em 2015 foi de 14.188.197,36€, correspondendo o montante de 11.813.076,76€, a receita corrente, o montante de 1.282.430,09€ a receita de capital e o montante de 1.092.690,51€ ao saldo da gerência anterior.

Em 2015, a receita corrente representou 90% do total da receita, menos 3% que no ano anterior, enquanto que, a receita de capital correspondeu a 10% do total da receita, aumentando em 3% a sua representatividade face ao ano de 2014.

A receita corrente apresenta uma taxa de execução, substancialmente superior à da receita de capital, retratado no esquema seguinte:



O quadro seguinte retrata a execução da receita em 2015, permitindo-nos analisar os desvios entre a receita prevista e a receita efetivamente arrecadada.

Descrição	Previsão Corrigida (1)	Cobrança (2)	Desvio (2)-(1)	Tx. Exec (2/1)
Receitas Correntes	13 474 154	11 813 077	-1 661 077	88%
Impostos Directos	1 654 000	1 707 381	53 381	103%
Impostos Indirectos	101 300	108 628	7 328	107%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	220 270	216 653	-3 617	98%
Rendimentos de Propriedade	1 110 200	1 080 944	-29 256	97%
Transferências Correntes	7 377 584	6 915 922	-461 662	94%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 189 950	1 748 822	-441 128	80%
Outras Receitas Correntes	820 850	34 727	-786 123	4%
Receitas Capital	2 639 625	1 282 430	-1 357 195	49%
Venda de Bens de Investimento	7 300	37 920	30 620	519%
Transferências de Capital	2 631 825	1 242 010	-1 389 815	47%
Ativos Financeiros	200	2 500	2 300	1250%
Passivos Financeiros	100	0	-100	0%
Outras Receitas de Capital	200	0	-200	0%
Rep Não Abatidas aos Pagamentos	4 100	0	-4 100	0%
Saldo da Gerência Anterior	1 092 691	1 092 691	0	100%
Total	17 210 570	14 188 197	-3 022 372	82%

Em termos globais, a receita cobrada ficou aquém da previsão realizada originando um desvio negativo de 3.022.372€, a que correspondeu um nível de execução de 82%.

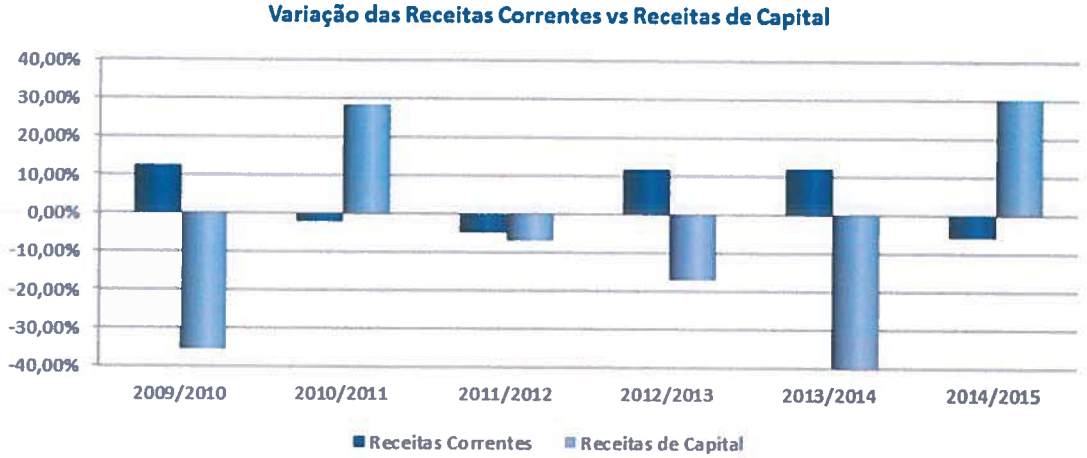
Para este desvio negativo contribuíram essencialmente as transferências de capital e as outras receitas correntes. Relativamente às receitas cobradas no âmbito das taxas, multas e outras penalidades e dos rendimentos de propriedade, o desvio não é relevante, na medida em que o nível de execução atingido foi muito próximo dos 100%, cifrando-se nos 98% e 97%, respetivamente. De referir ainda que, relativamente às transferências correntes o seu nível de execução foi superior a 90%.

As receitas que em 2015 registaram um melhor desempenho foram os ativos financeiros, a venda de bens de investimento e os impostos diretos e indiretos, pois apresentaram um nível de execução superior a 100%, ainda que sem peso expressivo no global, conforme se pode verificar no quadro apresentado.

Evolução e Estrutura da Receita Municipal

Em 2015, verificou-se uma recuperação muito ténue do valor total da receita arrecadada, mais 257.271,76€ que no ano anterior. Se analisarmos em particular cada uma das componentes da receita constata-se que a receita corrente decresceu 5,7% e que a receita de capital cresceu 30% face aos valores registados em 2014.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das componentes da receita



O gráfico seguinte é demonstrativo da tendência de variação dos grupos da receita desde o ano 2010. Constata-se que, em 2015, quer a receita corrente quer a receita de capital inverteram a tendência de evolução que vinha sendo registada desde 2011.

O decréscimo verificado nas receitas correntes merece a nossa atenção, na medida em que, são estas receitas que permitem o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, as quais, por sua vez, têm vindo a crescerem, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, alguns dos quais, construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, bem como, do reforço de competências delegadas da administração central para os municípios, nomeadamente, na área da educação.

De seguida, será efetuada uma análise à evolução da receita por rubricas económicas e de algumas das suas sub-rubricas, a qual nos ajudará a compreender melhor o comportamento da receita corrente e de capital.

Evolução da Receita Global Cobrada

Unid: Euros

Descrição	2012	2013	2014 (1)	2015 Previsão (2)	2015 Cobrança (4)	2015 Tx. Exec (4/2)	Tx. Cresc. (4-1)/1	Peso% na receita total
Receitas Correntes	10 019 021	11 192 513	12 530 429	13 474 154	11 813 077	87,7%	-5,7%	90,2%
Impostos Directos	1 286 898	1 561 652	1 685 721	1 654 000	1 707 381	103,2%	1,3%	13,0%
Impostos Indirectos	64 254	105 574	113 331	101 300	108 628	107,2%	-4,1%	0,8%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	174 418	211 922	223 860	220 270	216 653	98,4%	-3,2%	1,7%
Rendimentos de Propriedade	1 045 112	1 262 742	1 127 390	1 110 200	1 080 944	97,4%	-4,1%	8,3%
Transferências Correntes	5 803 985	6 363 808	7 468 371	7 377 584	6 915 922	93,7%	-7,4%	52,8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 607 052	1 652 909	1 882 580	2 189 950	1 748 822	79,9%	-7,1%	13,4%
Outras Receitas Correntes	37 301	33 907	29 176	820 850	34 727	4,2%	19,0%	0,3%
Receitas Capital	4 470 221	3 706 603	984 811	2 639 625	1 282 430	48,6%	30,2%	9,8%
Venda de Bens de Investimento	16 435	0	0	7 300	37 920	519,4%	0,0%	0,3%
Transferências de Capital	4 253 806	1 575 726	984 811	2 631 825	1 242 010	47,2%	26,1%	9,5%
Ativos Financeiros	0	0	0	200	2 500	1250,0%	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	199 980	2 130 877	0	100	0	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	200	0	0,0%	0,0%	0,0%
Rep Não Abatidas aos Pagamentos	5 581	1 660	1 711	4 100	0	0,0%	0,0%	0,0%
Total	14 494 823	14 900 776	13 516 951	16 117 879	13 095 507	81,2%	-3,1%	100,0%
Saldo da gerência anterior	0	337 296	413 975	1 092 691	1 092 691			
Total Geral	14 494 823	15 238 072	13 930 926	17 210 570	14 188 197	82,4%	1,8%	100,0%

Impostos Diretos

Esta rubrica da receita representa 13% do total da receita arrecadada pelo município. Nos últimos anos, esta rubrica tem evoluído favoravelmente, no entanto, em 2015 registou-se o menor crescimento dos últimos dois anos.

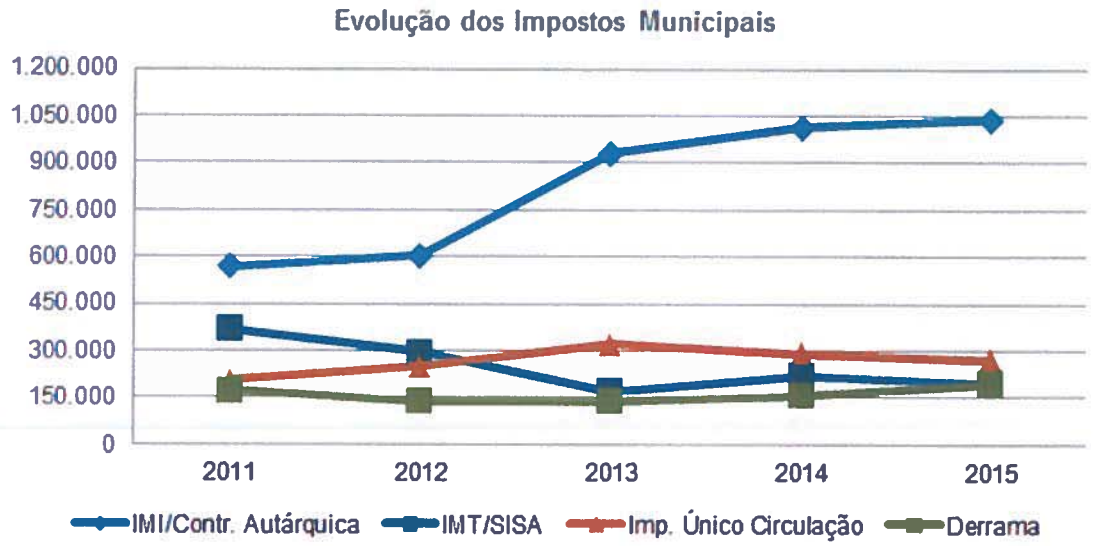
Descrição	2012	Variação	2013	Variação	2014	Variação	2015	Variação
Impostos Diretos	1.286.898	-2%	1.561.652	21%	1.685.721	8%	1.707.381	1%
IMI/Contribuição Autárquica	601.490	6%	930.159	55%	1.013.179	9%	1.039.397	3%
IMT/SISA	295.423	-20%	170.855	-42%	223.477	31%	196.789	-12%
Imposto Único Circulação	251.208	22%	322.450	28%	291.455	-10%	274.578	-6%
Derrama	138.778	-21%	138.187	0%	157.610	14%	196.616	25%

O IMI continua a ser uma importante fonte de receita no contexto dos impostos, representando 61% do total dos impostos diretos. De salientar que, apesar do seu crescimento exponencial em 2013, fruto essencialmente do processo de reavaliação dos imóveis, esta fonte de receita continuou a crescer embora a um ritmo menor, conforme se pode verificar no quadro acima exposto.

A derrama apesar de ter uma menor representatividade no total dos impostos diretos, cerca de 12%, registou em 2015 o maior aumento dos últimos 3 anos, o que pode ser visto como um aspeto positivo para o concelho, na medida em que, significa que o tecido empresarial do concelho se encontra a recuperar do clima de crise económica que se tem vivido nos últimos anos.

No que respeita ao IMT, em 2015 a receita arrecadada a este título voltou a registar uma quebra (-12%), contrariando o crescimento verificado em 2014.

O IUC à semelhança do verificado no ano anterior, voltou a registar uma nova quebra, menos 6% que no ano anterior, conforme se pode verificar no quadro apresentado.



Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades, registaram em 2015 um decréscimo de 4% e 3%, respetivamente, invertendo a taxa de crescimento verificada no período de 2012 / 2014. Estas rubricas da receita continuam a ter uma importância residual no contexto das receitas municipais, com um peso percentual no total da receita de 1% e 2%, respetivamente.

Rendimentos de Propriedade

Estes rendimentos resultam na sua generalidade das rendas de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, que no ano de 2015 ascenderam a 684.806,16€, do recebimento de rendas de bens do domínio público, pagas pelas empresas que detêm licenças de exploração de parques eólicos conforme disposto no n.º 27 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 33 A/2005 de 16 de Fevereiro e ainda das rendas auferidas por parte dos centros eletroprodutores, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 424/83, de 06/12.

Esta tipologia de receita tem vindo a registar quebras sucessivas, menos 11% de 2013 para 2014 e menos 4% de 2014 para 2015.

Venda de Bens e Serviços Correntes

A receita recebida no âmbito da venda de bens e serviços correntes, tem evoluído de forma positiva nos últimos dois anos, registando um crescimento de 3% em 2013 e de 14% em 2014. Em 2015 esta evolução inverteu-se registando-se um decréscimo na ordem dos 7%, que

resultou, na sua generalidade, da redução de receita auferida com a venda de água e respetivas tarifas associadas, designadamente:

Descrição	2014	2015	Δ %
Produtos acabados e intermédios	594.949	553.549	-7,0%
Resíduos sólidos	412.031	372.254	-9,7%
Disponibilidade de água	488.696	439.925	-10,0%
Total	1.495.675	1.365.728	-8,7%

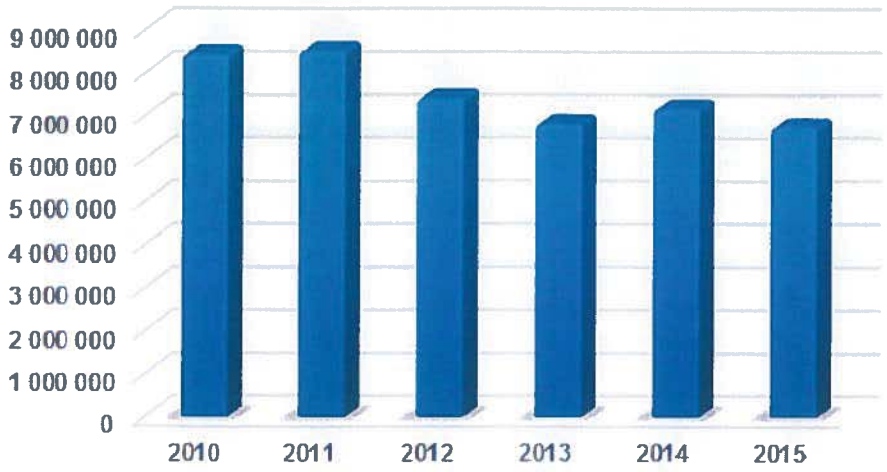
Na análise da variação verificada, de 2014 para 2015, deve ter-se em consideração o facto de em 2014 os valores recebidos não resultarem apenas da atividade normal, mas sim, desta e do esforço adicional de cobrança extraordinária decorrente da notificação aos clientes que tinham dívida.

Outras Receitas Correntes

É nesta rubrica da receita que se registam todos valores de receita que não têm enquadramento em nenhuma outra rubrica, assumindo assim uma importância e caráter residual. Em 2015 esta rubrica registou um crescimento de 19% e teve uma representatividade quase nula no total das receitas.

Transferências de Correntes e de Capital

No que à estrutura da receita diz respeito, as transferências correntes e de capital, continuam a deter o maior peso no contexto das receitas do município (57%), tendo contribuído, respetivamente, com 52,8% e 9,5% para o total de receita arrecadada. Neste grupo, encontramos os Fundos de Equilíbrio Financeiro (FEF+FSM+IRS) que, no seu conjunto, em 2015 representaram 52% das receitas municipais. Neste âmbito, o montante de receita arrecada foi inferior ao de 2014 (-240.516€) pois, durante o ano de 2015 foram retidos 10% do FEF corrente transferido de maio a janeiro de 2016, em obediência ao disposto no n.º 8, do art.º 78.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. Este valor foi recebido em janeiro de 2016 e ascendeu a 483.265€.



No grupo das transferências (capital), encontramos, ainda, os Fundos Comunitários que em 2015 representaram apenas 4% da receita total e 41% das receitas de capital. De salientar que, o facto de o anterior quadro comunitário – QREN, se encontrar ainda numa fase de encerramento, condicionou o recebimento de alguns valores que a 31 de dezembro de 2015 se encontravam pendentes, devido à aprovação do relatório final por parte da autoridade de gestão.

No contexto das transferências (correntes), merecem-nos referência as verbas inerentes a protocolos celebrados com a Administração Central, no âmbito da delegação de competências no domínio da Educação Pré-escolar, atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do Ensino Básico e do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico.

No total, em 2015, foi transferido pela DGESTE o montante de 120.962,92€.

Venda de Bens de Investimento

Desde 2013 que não se registava receita recebida a este título. Em 2015, o município procedeu à venda de um lote de terreno na zona industrial de Cernache do Bonjardim no montante de 34.106,75€ e realizou ainda uma hasta pública através da qual foi alienada um conjunto de sucata ferrosa que rendeu ao município o montante total de 3.812,99€.

Ativos Financeiros

De acordo com o classificador económico da receita, os ativos financeiros compreendem as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

Em 2015, o Município dividiu a quota que detinha no Instituto Profissional de Sertã, em duas novas quotas, uma no valor de nominal de 35.614,16€ e outra no valor nominal de 20.251,20€, reservando para si esta última e cedendo à empresa Visionária – Cultura, Formação e Lazer, Ldª a primeira pelo valor de 2.500,00€.

Despesa

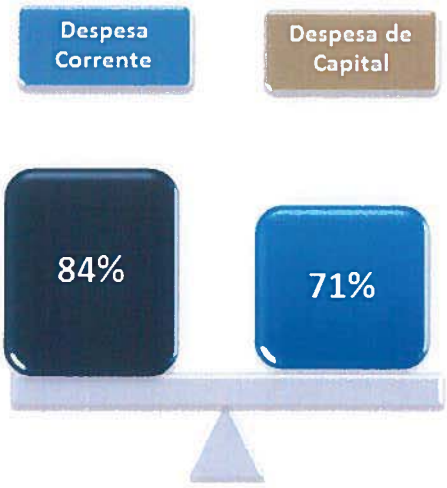
Nos termos do POCAL, a despesa total pode ser desagregada segundo a classificação económica, classificação funcional e/ou a classificação orgânica. Neste relatório serão abordadas apenas as vertentes económica e funcional.

Execução Orçamental da Despesa

Do montante total orçamentado para 2015 (17.210.569,51€), a título de despesa foi executado e pago o montante de 13.733.472,15€. Desse montante, 9.617.798,99€ foram destinados a despesas correntes e 4.115.673,16€, a despesa de capital.

Em termos relativos, a repartição da despesa entre correntes e de capital é a que se encontra representada no gráfico seguinte:

A taxa de execução da despesa total rondou os 80%, o que representa mais 4% do que em 2014, registando-se, como é habitual, uma taxa de execução da despesa corrente superior à da despesa de capital.



O quadro seguinte retrata as taxas de execução orçamental da despesa no ano de 2015, permitindo-nos verificar os desvios entre a despesa prevista e a despesa efetivamente realizada por rubrica económica.

Comparativamente com o ano anterior, em 2015, assistiu-se a um acréscimo de execução de despesa de 895.008,25€, devido essencialmente, ao acréscimo da despesa de capital. Desagregada a despesa por corrente e capital, verifica-se que a despesa corrente manteve-se praticamente inalterada, a sua variação foi meramente residual, aumentando 0,4% (36.779,17€), enquanto que, a despesa de capital aumentou 26% (858.229,08€).

A receita corrente, suportou quer o crescimento da despesa corrente, quer parte da despesa de capital. Ou seja, a receita corrente permitiu pagar toda a despesa corrente e ainda 53% da despesa de capital.

Unid: Euros

Descrição	Dotação Corrigida (1)	Execução* (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Tx. Exec (2/1)
Despesas Correntes	11 443 319	9 617 799	-1 825 520	84%
Despesas com o Pessoal	4 049 050	3 714 908	-334 142	92%
Aquisição de Bens	1 934 964	1 469 262	-465 702	76%
Aquisição de Serviços	3 863 497	3 135 302	-728 195	81%
Juros e Outros Encargos	92 980	85 660	-7 320	92%
Transferências Correntes	1 409 328	1 128 510	-280 818	80%
Subsídios	2 500	0	-2 500	0%
Outras Despesas Correntes	91 000	84 158	-6 842	92%
Despesas de Capital	5 767 251	4 115 673	-1 651 578	71%
Aquisição de Bens de Capital	4 687 400	3 117 957	-1 569 443	67%
Transferências de Capital	493 100	411 170	-81 930	83%
Ativos Financeiros	95 151	95 150	-1	100%
Passivos Financeiros	491 600	491 396	-204	100%
Total	17 210 570	13 733 472	-3 477 097	80%

*Despesa paga

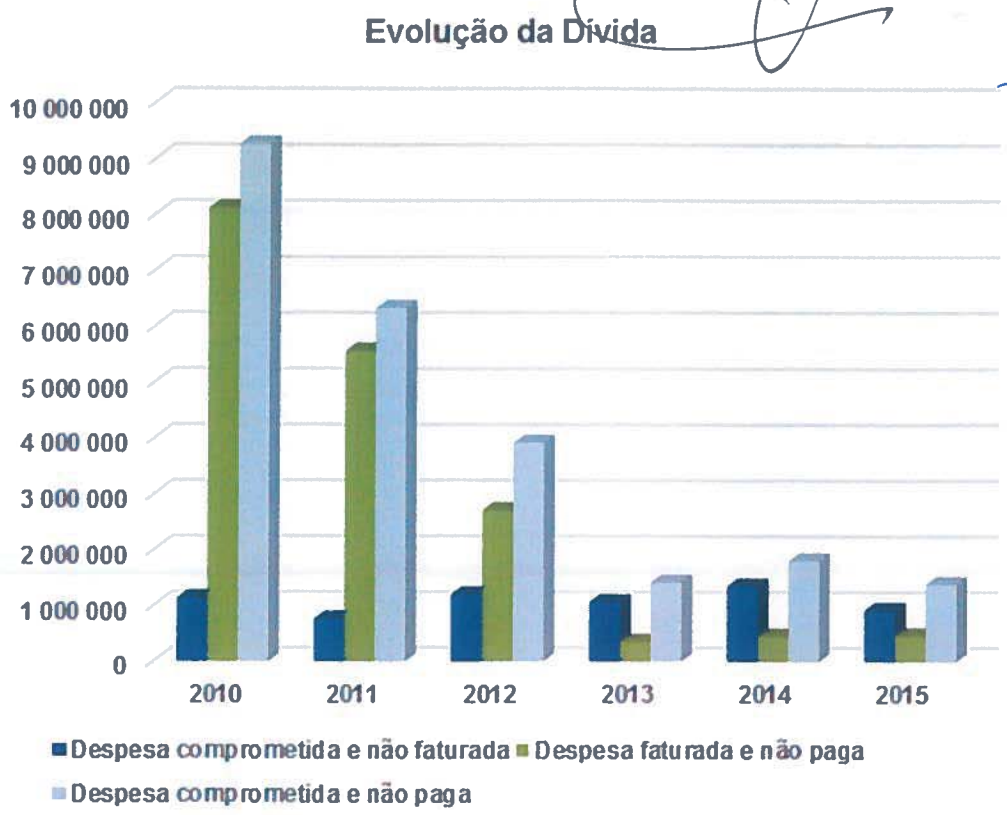
As taxas de execução apresentadas têm por base a despesa paga. No entanto, importa analisar também, a taxa de execução da despesa na óptica da despesa comprometida, isto é, compromissos assumidos, uma vez que, o diferencial entre o valor pago e o valor comprometido terá reflexos diretos no orçamento das gerências seguintes.

Ao registar um compromisso o município assume uma obrigação de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens, de serviços, da execução de uma empreitada ou da satisfação de outras condições. Os compromissos podem ser anuais ou plurianuais, dependendo se implicam obrigações de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou não. Com o pagamento extingue-se o compromisso.

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa comprometida e não faturada	1 137 735	763 138	1 202 841	1 064 073	1 352 204	922 137
Despesa faturada e não paga	8 122 799	5 568 402	2 717 747	358 182	449 097	465 849
Despesa comprometida e não paga	9 260 534	6 331 540	3 920 588	1 422 256	1 801 301	1 387 985
Despesa total paga/Total da despesa comprometida	61%	71%	78%	91%	88%	91%
Variação da despesa comprometida	-1 362 275	-2 093 981	-3 441 163	-1 967 659	-1 607 603	481 692

A 31 de dezembro de 2015, o mapa de execução orçamental da despesa, indicava um montante total de compromissos assumidos de 15.121.457,34€, mais 481.692,43€ que em 2014, dos quais tinham sido pagos 13.733.472,15€, conduzindo a um nível de execução na ordem dos 80%. O montante de 1.387.985€ corresponde a compromissos assumidos e não pagos sendo que, 465.849€ corresponde a despesa já suportada com documento de despesa (fatura) e 922.137€ refere-se a despesa assumida que ainda não foi faturada. De salientar que, os valores referidos têm implicações orçamentais no exercício seguinte pois, onerou o orçamento que entrou em vigor em Janeiro de 2016.

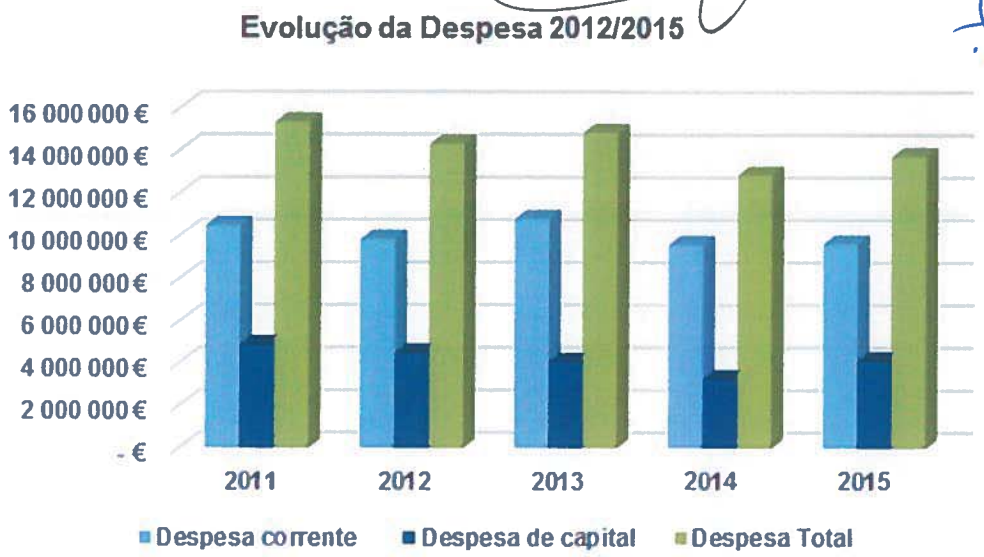
A despesa faturada e não paga, refere-se a documentos de despesa (faturas) do mês de dezembro de 2015 que se encontravam a 31 de dezembro de 2015 dentro do prazo legal para pagamento. O seu pagamento não ocorreu em 2015, não por falta de disponibilidade financeira, mas sim, antes de mais, devido ao prazo de pagamento previsto não estar vencido e também a processos administrativos de confirmação de despesa que têm de ocorrer antes da realização qualquer pagamento. Da análise ao gráfico seguinte, destaca-se ainda a estabilização da dívida (faturada e não paga), fruto de uma gestão equilibrada, sendo que, os níveis atuais, embora sujeitos a pequenas oscilações, serão nota dominante nos próximos exercícios.



No que concerne, aos empréstimos de médio e longo prazo, verifica-se uma tendência decrescente que resulta da cessação de empréstimos em vigor e da não contratação de novos.

Evolução e Estrutura da Despesa

O gráfico seguinte demonstra o comportamento da despesa nos últimos 5 anos. Constata-se que, as variações ocorridas de ano para ano não têm sido significativas o que,uma vez mais, demonstra o esforço que tem sido efetuado para um efetivo controlo da despesa.



O quadro seguinte evidencia as prioridades em termos de despesa, bem como, a sua evolução e natureza específica – pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc.

Unid: Euros

Descrição	2011	2012	Tx. Cresc	2013	Tx. Cresc	2014	Tx. Cresc	2015	Tx. Cresc	Peso% na despesa total
Despesa Corrente	10.466.449	9.823.253	-6,1%	10.775.408	9,7%	9.581.020	-11%	9.617.799	0,4%	70%
Despesas com o Pessoal	4.282.970	3.533.754	-17%	3.764.080	7%	3.768.609	0%	3.714.908	-1%	27%
Aquisição de Bens	1.830.570	2.043.089	12%	1.811.326	-11%	1.650.879	-9%	1.469.262	-11%	11%
Aquisição de Serviços	3.058.071	3.023.673	-1%	3.944.339	30%	2.917.591	-26%	3.135.302	7%	23%
Juros e Outros Encargos	226.672	159.664	-30%	327.084	105%	108.293	-67%	85.660	-21%	1%
Transferências Correntes	1.056.336	1.045.747	-1%	918.406	-12%	1.066.188	16%	1.128.510	6%	8%
Subsídios	0	0	0%	0	0%	53.537	0%	0	-100%	0%
Outras Despesas Correntes	11.830	17.326	46%	10.173	-41%	15.923	57%	84.158	429%	1%
Despesa de Capital	4.858.201	4.471.186	-8%	4.049.705	-9%	3.257.444	-20%	4.115.673	26%	30%
Aquisição de Bens de Capital	4.112.304	3.931.172	-4%	3.388.837	-14%	2.134.590	-37%	3.117.957	46%	23%
Transferências de Capital	113.200	77.618	-31%	133.563	72%	480.048	259%	411.170	-14%	3%
Ativos Financeiros	174.245	0	-100%	0	0%	12.000	100%	95.150	693%	1%
Passivos Financeiros	458.452	462.397	1%	527.305	14%	630.806	20%	491.396	-22%	4%
Total Geral	15.324.650	14.294.439	-7%	14.825.112	4%	12.838.464	-13%	13.733.472	7%	100%

Despesas com o Pessoal

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância das despesas com o pessoal, que representaram 39% deste tipo de despesa e 27% do total da despesa.

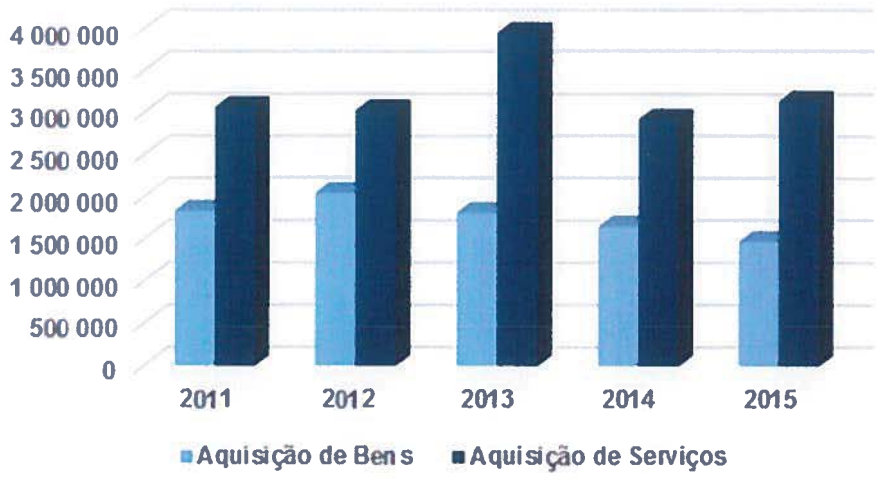
As despesas com o pessoal que em 2013 haviam sofrido um acréscimo de 7% (por força da reposição do subsídio de férias aos colaboradores e do aumento da taxa de descontos para a segurança social), em 2014 mantiveram-se constantes e em 2015 registaram mesmo um pequeno decréscimo, ainda que residual, de 1,4%. Em termos quantitativos, de 2014 para 2015, não se verificou alteração do número total de funcionários.

Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica de aquisição de bens e serviços, absorveu no seu conjunto, 48% da despesa corrente e 34% da despesa total.

Do montante total da despesa executada em aquisição de bens e serviços (4.604.563,39€), 32% corresponderam a despesa com aquisição de bens (água, combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e 68% corresponderam a despesa para aquisição de serviços (iluminação pública, tratamento das águas residuais, recolha de RSU'S, refeições escolares, transportes escolares, comunicações, energia, seguros, publicidade, etc.).

Ainda no contexto das aquisições de serviços, a sub-rubrica referente aos outros serviços apresenta sempre um valor bastante significativo, que resulta do facto de, ser nesta rubrica que se registam algumas das despesas de maior impacto na estrutura de custos do município tais como, as despesas relacionadas com a iluminação pública, com as atividades de animação e apoio à família no pré-escolar, com o tratamento das águas residuais e com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos.



Quando analisada a evolução da despesa com a aquisição de bens, verifica-se que nos últimos anos têm ocorrido decréscimos sucessivos, -11% em 2013, -9% em 2014 e -11% em 2015. Por outro lado, as aquisições de serviços, embora tenham registado em 2014 um decréscimo de 26%, em 2015 esta situação inverteu-se registando-se um incremento de 7,5 %.

Juros e Outros Encargos

A despesa com juros e outros encargos, voltou a sofrer uma redução comparativamente ao ano de 2015 (-21%), o que se deve não só às reduzidas taxas de juro, (as taxas de referência às quais se encontram indexadas as taxas de juro dos empréstimos têm registado valores significativamente baixos) mas também, ao facto de ter cessado mais um dos empréstimos bancários que o município detinha e de não ter sido contratado nenhum novo.

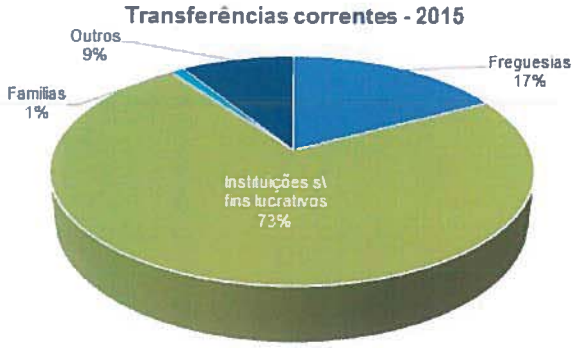
Transferências Correntes e de Capital

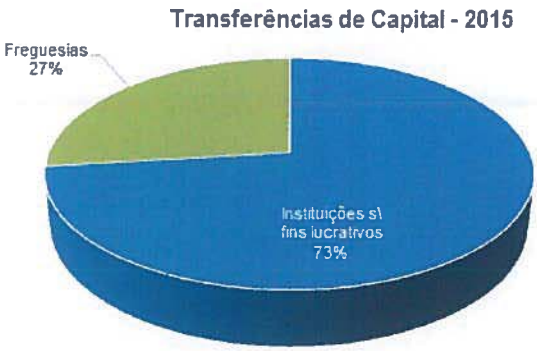
As transferências para outras entidades, no seu conjunto (desagregadas pelo classificador económico, em transferências correntes e transferências de capital), representaram cerca de 11% da despesa total, verificando-se um decréscimo em termos absolutos de 6.555,00€ em relação a 2014. Do montante total referido, 73% corresponderam às transferências correntes efetuadas e 27% corresponderam às transferências de capital.

Em transferências correntes, foram registadas as despesas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, bem como, as verbas a título de apoio ao associativismo. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos protocolos celebrados de delegação de competências) e para o agrupamento de escolas na sequência do protocolo de colaboração no âmbito da educação (bibliotecas escolares, desporto escolar e transporte para visitas de estudo). O montante total a este título ascendeu a 1.128.509,88€ (+6% do que em 2014.).

Em transferências de capital são inscritas todas as transferências que tenham como objetivo apoiar o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias. O montante total transferido foi de 411.170,00€ (-14% do que em 2015).

Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social. Como já se referiu, à semelhança dos anos transatos, a preponderância foi assumida pelas transferências correntes, repartidas de acordo com o gráfico que se segue:





Aquisição de Bens de Capital

No grupo das despesas de capital, a aquisição de bens de capital (investimento) sofreu um acréscimo de cerca de 46% face a 2014 e representa cerca de 23% da despesa total e 76% da despesa de capital.

Ativos Financeiros

Neste agrupamento económico contabilizam-se as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, nomeadamente, a serviços municipalizados.

Nesta rubrica da despesa, e seguindo as recomendações da Direção Geral das Autarquias Locais, registou-se o montante de 95.150,00 € pago no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto

O FAM tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Passivos Financeiros

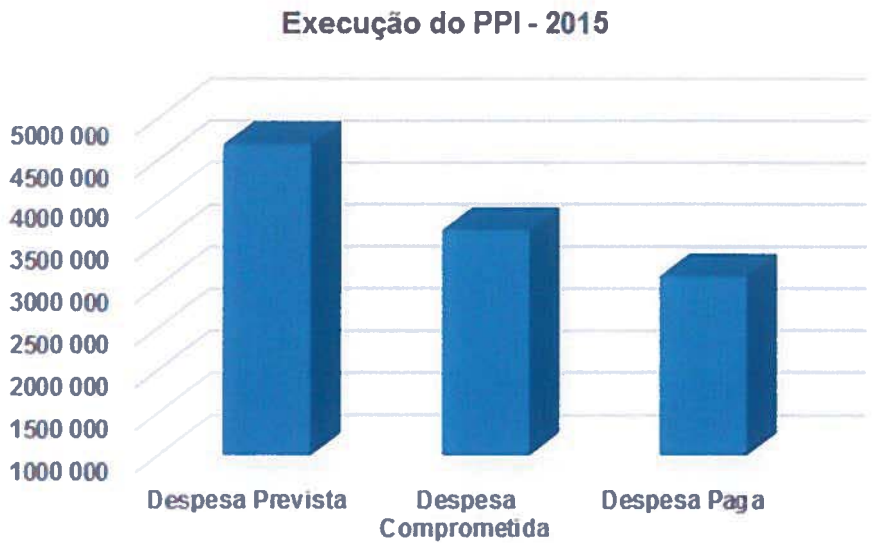
A rubrica dos passivos financeiros compreende as operações financeiras que envolvam pagamentos decorrentes de amortizações de empréstimos. No ano em análise, a despesa

paga com amortizações de empréstimos ascendeu a 491.395,99€, registando-se uma redução de 22%, face a 2014. Esta redução deve-se ao facto de ter terminado mais um dos empréstimos do município.

A despesa paga com passivos financeiros absorveu cerca de 4% da despesa total.

Plano Plurianual de Investimentos

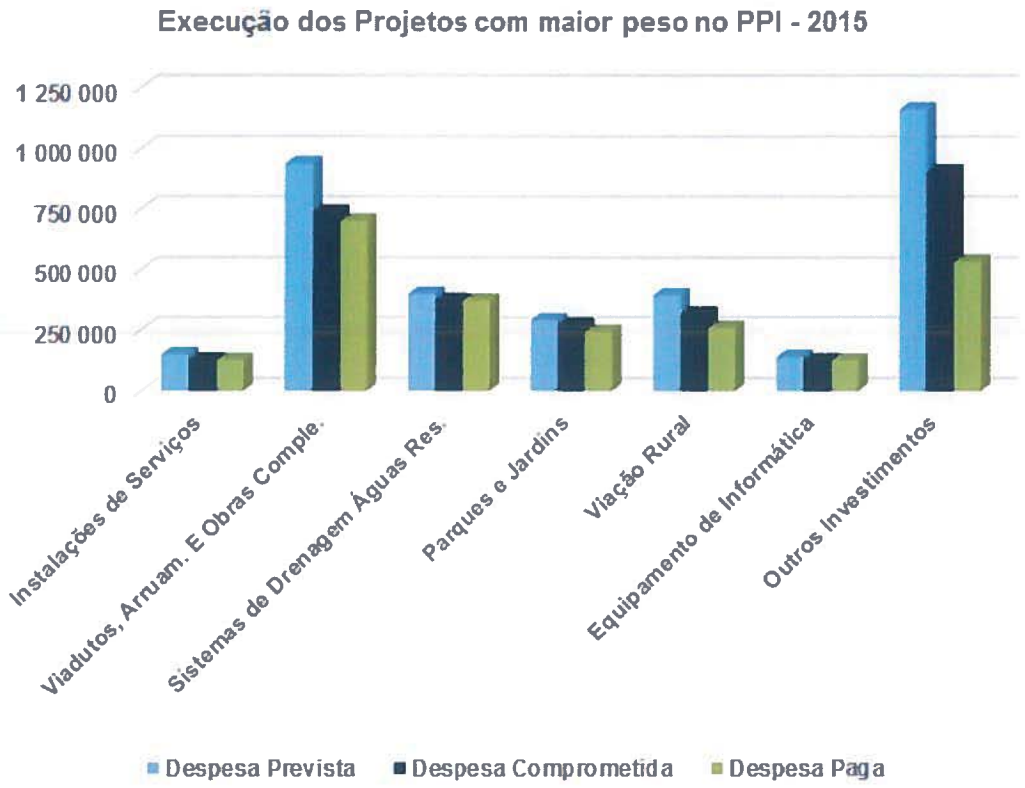
O montante da dotação corrigida inscrita em PPI para o ano 2015, ascendeu a 4.687.400,00€, dos quais, foram executados 3.117.957,17€ (66,5%). No gráfico seguinte apresenta-se a execução global do PPI:



Cerca de 78% da despesa prevista em PPI foi comprometida no execício de 2015 e 85% dessa despesa comprometida foi paga.

A morosidade que se verificou no arranque do novo quadro comunitário condicionou a apresentação e consequente aprovação de novos projetos. Pese embora esse facto, a execução de investimento em 2015 foi superior à registada em 2014.

De seguida, apresenta-se a despesa prevista (dotação corrigida) e a execução dos projetos que mais peso tiveram no volume de despesa executada no PPI 2015.



No que concerne, à rubrica "Outros Investimentos" os projetos nela contemplados e que tiveram execução em 2015 são os que constam no quadro infra.

Outros Investimentos	Despesa Prevista	Despesa Comprometida	Despesa Paga
Equipamento e Máquinas Diversas	332 460	268 463	213 840
Infraestruturas Básicas de Apoio a Carenciados	10 000	7 629	7 629
Revisão do Plano de Pormenor das Zonas Industriais	15 000	13 161	13 161
Limpeza e Intervenção em Cursos de Águas	520 050	519 431	299 660
Total	877 510	808 684	534 289

O quadro seguinte traduz a repartição desagregada do investimento por classificação funcional.

Descrição	Despesa Paga	% Invest. Total
1 Funções Gerais	632 198	20%
111 Administração Geral	620 087	20%
121 Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	12 111	0%
2 Funções Sociais	1 261 254	40%
211 Ensino não Superior	683	0%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	0	0%
232 Ação Social	10 259	0%
242 Ordenamento do Território	299 632	10%
243 Saneamento	371 493	12%
244 Abastecimento de Água	48 607	2%
245 Resíduos Sólidos	20 989	1%
246 Proteção Meio Ambiente e Conser. Natureza	407 917	13%
251 Cultura	73 659	2%
252 Desporto, Recreio e Lazer	28 016	1%
3 Funções Económicas	876 857	28%
320 Indústria e Energia	121 430	4%
331 Transportes Rodoviários	624 416	20%
341 Mercados e Feiras	263	0%
342 Turismo	130 748	4%
4 Outras Funções	347 648	11%
430 Diversas não Especificadas	347 648	11%
Total Geral	3 117 957	100%

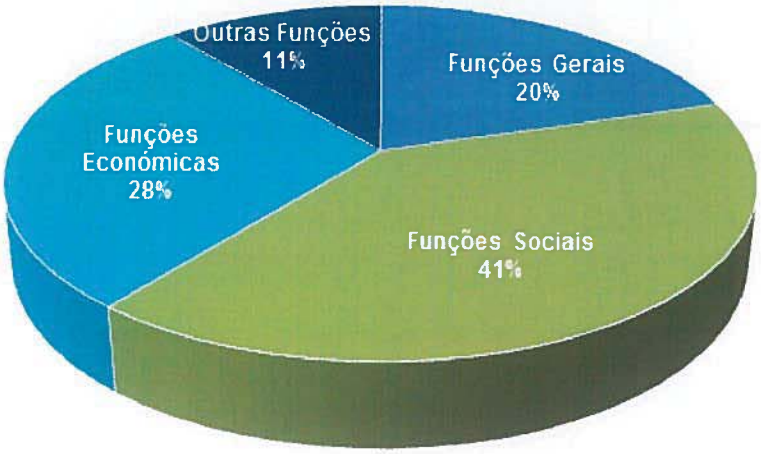
Analisado o investimento sob o ponto de vista da classificação funcional da despesa, constatamos que as Funções Sociais absorveram 40% da despesa de investimento, seguindo-se as Funções Económicas (28%), as Funções Gerais (20%) e finalmente as Outras Funções (11%).

Nas Funções Sociais, destaca-se a conclusão do investimento realizado na área do saneamento, designadamente em Outeiro da Lagoa, o qual foi objeto de candidatura no domínio de intervenção do Ciclo Urbano da Água com uma taxa de financiamento de 85%. Destaca-se igualmente o investimento realizado na limpeza e intervenção em cursos de água que teve subjacente a aprovação de oito candidaturas ao Proder, Ação 2.3.3.1 – Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais, beneficiando as galerias ripícolas e açudes das ribeiras da Isna, Tamolha e Sertã. Ainda no âmbito das Funções Sociais, é de salientar o investimento realizado na repavimentação da circular junto ao Clube Náutico do Trízio.

Quanto às Funções Económicas, são de realçar as empreitadas das obras inerentes à requalificação e beneficiação de diversos arruamentos e estradas no concelho e ainda a requalificação das praias fluviais em Azinheira, Sertã, Trízio e Troviscal.

No que diz respeito às Funções Gerais, nomeadamente, no âmbito da administração geral, que absorveu 20% do montante, de destacar a recuperação do Edifício dos Paços do Concelho a aquisição de hardware para os diversos serviços municipais, no âmbito do processo de desmaterialização de processos e procedimentos e de modernização administrativa.

Repartição Funcional do Investimento - 2015



Evolução da Situação Económica e Financeira

Análise ao Balanço

O Balanço apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer o ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e o passivo e capital próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Apresentamos, de seguida uma súmula do Balanço da Gerência 2015, na qual se poderá verificar o seguinte:

Ativo:

- Um decréscimo residual do ativo total, devido à componente do ativo circulante que apresentou um decréscimo de aproximadamente 18%;
- O Imobilizado representa 97% do ativo e apresenta em 2015 uma variação de meio ponto percentual face ao ano anterior;
- No âmbito do ativo imobilizado, os bens de domínio público, apresentaram um crescimento negativo (-1,4%) continuando a deter o maior peso percentual no contexto do Imobilizado (51%) seguindo-se as imobilizações corpóreas (44%);
- No contexto do ativo circulante, à destacar o crescimento dos acréscimos e diferimentos (313%) e dos investimentos financeiros 109%.

ATIVO	2014	%	Var.	2015	%	Var.
Imobilizado	58.151.294	96,6%	-3,3%	58.470.275	97,2%	0,5%
Bens de Domínio Público	30.788.226	51,1%	-4,7%	30.357.061	50,5%	-1,4%
Imobilizações Incorpóreas	304.060	0,5%	7,7%	300.848	0,5%	-1,1%
Imobilizações Corpóreas	26.482.284	44,0%	-1,8%	26.605.198	44,2%	0,5%
Investimentos Financeiros	576.724	1,0%	2,1%	1.207.168	2,0%	109,3%
Circulante	2.051.644	3,4%	38,7%	1.686.352	2,8%	-17,8%
Existências	158.776	0,3%	-6,5%	121.620	0,2%	-23,4%
Dívidas de Terceiros CP	404.853	0,7%	-20,0%	352.747	0,6%	-12,9%
Disponibilidades	1.351.633	2,2%	112,9%	648.764	1,1%	-52,0%
Acréscimos e Diferimentos	136.382	0,2%	-18,7%	563.221	0,9%	313,0%
Total do Ativo	60.202.938	100%	-2,3%	60.156.627	100%	-0,1%

Passando à análise do capital próprio e passivo, de registar as seguintes variações face a 2014:

Capital Próprio:

- A manutenção do peso dos fundos próprios (76,3%) e do passivo (23,6%);

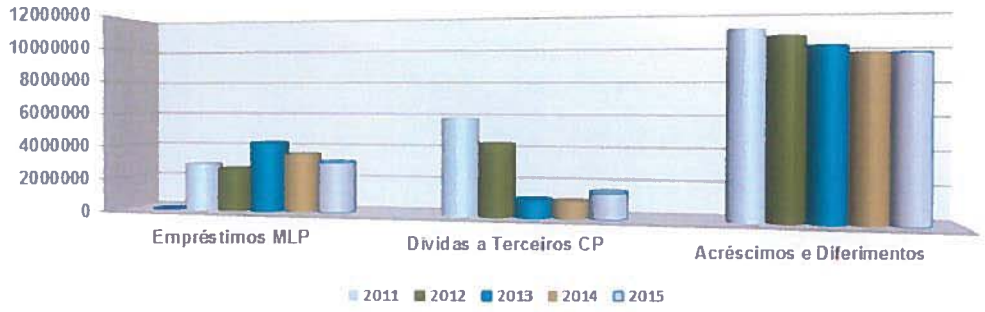
- Aumento de 3,5% nos resultados transitados;
- Variação negativa do resultado líquido do exercício, passou de -379.478€ em 2014 para -844.104€ em 2015;

Passivo:

- Redução de 13,7% na conta empréstimos de MLP;
- Aumento da dívida a terceiros de CP em aproximadamente 50%;
- Redução residual de 0,4% nos acréscimos e diferimentos.

Capital Próprio e Passivo	2014	%	Var.	2015	%	Var.
Fundos Próprios	45.978.805	76,4%	-0,8%	45.951.024	76,3%	-0,1%
Património	56.882.835	94,5%	0,0%	57.699.159	95,8%	1,4%
Ajustamentos partes de Capital	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Reservas	174.559	0,3%	0,0%	174.559	0,3%	0,0%
Resultados Transitados	-10.699.111	-17,8%	4,7%	-11.078.589	-18,4%	3,5%
Resultado Liquido do Exercício	-379.478	-0,6%	-21,7%	-844.104	-1,4%	122,4%
Passivo	14.224.133	23,6%	-6,7%	14.205.603	23,6%	-0,1%
Empréstimos MLP	3.580.126	5,9%	-15,0%	3.088.730	5,1%	-13,7%
Dívidas a Terceiros CP	1.028.811	1,7%	-2,3%	1.541.525	2,6%	49,8%
Acréscimos e Diferimentos	9.615.196	16,0%	-3,6%	9.575.348	15,9%	-0,4%
Total do Capital Próprio e Passivo	60.202.938	100%	-2,3%	60.156.627	100%	-0,1%

Evolução do Passivo



Análise à Demonstração de Resultados:

O principal objetivo da demonstração de resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que, face ao ano transato, houve uma variação ao nível dos custos e perdas de cerca de 3%, o que significa que o município suportou a sua atividade normal com mais custos.

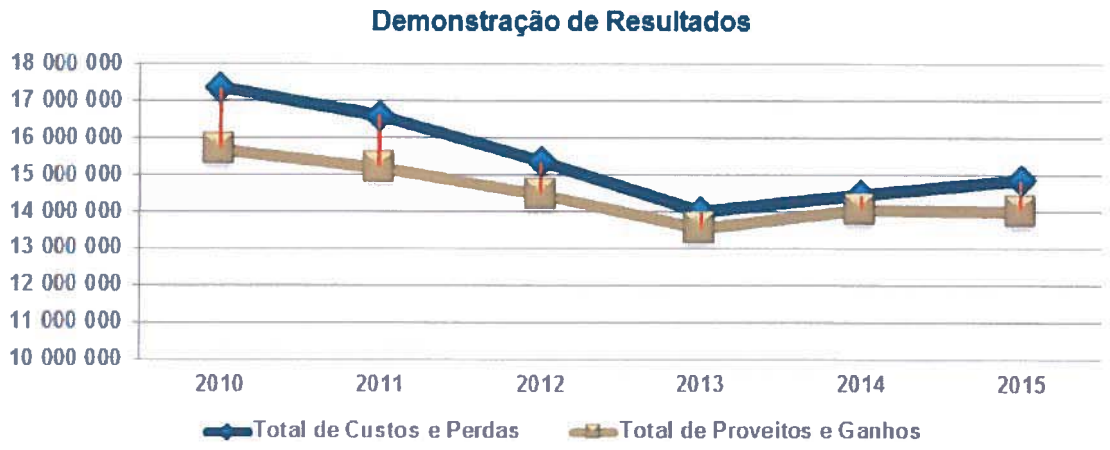
Os proveitos e ganhos apresentam de 2014 para 2015 uma variação residual conduzindo ao encerramento da gerência com resultado negativo. O resultado líquido do exercício cifrou-se em -844.104,35 €, apresentando um agravamento face ao ano anterior.

Apresentamos de seguida, um mapa resumo da demonstração de resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.

Custos e Perdas	2014	%	Var.	2015	%	Var.
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.135.899	8%	-13%	926.061	7%	-18%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.954.809	28%	7%	4.255.902	30%	8%
Custos com o Pessoal	3.774.330	27%	-3%	3.716.170	27%	-2%
Tranf. e Subsídios Correntes	1.131.879	8%	32%	1.117.282	8%	-1%
Amortizações do Exercício	3.916.265	28%	-3%	4.032.565	29%	3%
Provisões do Exercício	0	0%	0%	129.036	1%	0%
Outros Custos e Perdas Operacionais	9.026	0%	213%	4.072	0%	-55%
Custos e Perdas Operacionais (A)	13.922.207	99%	1%	14.181.088	101%	2%
Custos e Perdas Financeiros	89.745	0,6%	49%	85.608	1%	-5%
Custos e Perdas Correntes (C)	14.011.952	100%	1%	14.266.696	102%	2%
Custos e Perdas Extraordinários	424.579	3,0%	235%	587.375	4%	38%
tos e Perdas Correntes e Extraordinário	14.436.531	103%	3%	14.854.071	106%	3%
Resultado Líquido do Exercício	-379.478	-2,7%	-22%	-844.104	-6%	122%
Total de Custos e Perdas	14.057.053	100%	4%	14.009.966	100%	0%

Proveitos e Ganhos	2014	%	Var.	2015	%	Var.
Vendas e Prestações de Serviços	1.620.677	12%	0%	1.646.834	12%	2%
Impostos e Taxas	1.999.248	14%	6%	2.011.614	14%	1%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	387.759	3%	224%	491.775	4%	27%
Proveitos Suplementares	0	0%	0%	0	0%	0%
Tranf. E Subsídios Obtidos	8.155.102	58%	5%	7.963.948	57%	-2%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0%	0%	0	0%	0%
Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	12.162.786	87%	7%	12.114.170	86%	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.143.603	8%	-11%	1.099.782	8%	-4%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	13.306.389	95%	5%	13.213.952	94%	-1%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	750.664	5%	-10%	796.014	6%	6%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários (F)	14.057.053	100%	4%	14.009.966	100%	0%
Total de Proveitos e Ganhos	14.057.053	100%	4%	14.009.966	100%	0%

Em termos globais, comparando os custos e perdas com proveitos e ganhos, verifica-se um saldo negativo, uma vez que, como já referimos, os primeiros foram superiores aos segundos. Tal diferença, é traduzida por um resultado líquido do exercício negativo, que se cifrou em -844.104,35€, o qual se encontra representado no gráfico seguinte nos intervalos da linha a laranja do gráfico que se segue.



Analisada a estrutura da demonstração de resultados, verificam-se alterações pouco significativas, na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de custos e perdas, quer ao nível do proveitos e ganhos.

Ao nível dos custos e perdas, de registar o aumento do peso percentual dos fornecimentos e serviços externos, das amortizações do exercício e das provisões do exercício.

No que diz respeito, ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas que absorvem cerca de 7% do total dos custos, verificou-se um decréscimo de 18% relativamente a 2014. Também ao nível dos custos com o pessoal que representam 26% do total dos custos, verificou-se um decréscimo de 2% face ao ano de 2014 que resultou na sua generalidade do decréscimo verificado com a rubrica dos encargos sociais.

Os custos e perdas financeiros registaram em 2015 um decréscimo de 5%. Comportamento inverso foi o que se verificou com os custos e perdas extraordinários em que se registou um aumento de 38%.

Relativamente aos proveitos e ganhos destaca-se pela sua importância a componente relativa às transferências e subsídios obtidos, que representam 57% do total dos proveitos. Pese embora este facto, esta rubrica comparativamente ao ano anterior registou um decréscimo de 2%.

Em termos de representatividade no total dos proveitos, seguem-se os impostos e taxas com 14%, as vendas e prestações de serviços com 12% e por fim os trabalhos para a própria entidade com 4%.

Em termos evolutivos a rubrica que registou uma variação mais acentuada foi a dos trabalhos para a própria entidade com um aumento de 27%.